

Anexo A

Orientação: texto a ser distribuído previamente aos alunos. Os alunos devem também trazê-lo para o trabalho participativo em sala de aula.

Tema da oficina

Como ler decisões judiciais?

Objetivos

Apresentar ferramentas de pesquisa e de apreciação de decisões judiciais. Como construir consistência e analisar decisões judiciais. Aprender a extrair elementos relevantes de sentenças e acórdãos. Compreender o impacto do Poder Judiciário na aplicação de leis e na implementação de políticas públicas.

Método

Desenvolvimento de atividade prática. Oficina de elaboração de *case brief*.

Detalhamento

As questões que guiam o desenvolvimento da oficina são as seguintes:

- Por que e como pesquisar decisões judiciais? O que decisões judiciais revelam para juristas e não-juristas? Quais ferramentas de busca estão disponíveis e como utilizá-las?
- Identificar a razão de decidir: quais são as modalidades de argumentos presentes em uma decisão judicial? Como é sua estrutura? O que os argumentos revelam? Por que usá-los na elaboração de argumentos em pareceres, petições e trabalhos não-jurídicos?
- O que é um *case brief* e como utilizá-lo como ferramenta para extrair a razão de decidir de uma decisão judicial? Como (re)construir a consistência de um julgado?

Professora

Camila Villard Duran

Desde 2013, professora doutora e pesquisadora em sociologia jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Pós-doutoranda pelo programa Oxford - Princeton Global Leaders Fellowship - GLF (2014-2016). Doutora em direito pela USP e pela Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Mestre e bacharel em direito pela USP (2008 e 2004). E-mail: camiladuran@usp.br

Sumário

1. Metodologia: como analisar decisões judiciais?	3
2. Modelo de <i>case brief</i>	6
3. Referências bibliográficas	8
 Anexo I - Operadores para buscas em bases de dados jurisprudenciais.....	10
 Anexo II - Casos 1 e 2 (FEA-USP): Extração de orientação normativa a partir do estudo de uma decisão judicial. Instituições financeiras e a aplicabilidade do código de defesa do consumidor (CDC). A revisão judicial de planos econômicos de estabilização.....	11
 Anexo III - Caso 3 (DJ/FD-USP): Extração de orientação normativa a partir do estudo de uma decisão judicial. Judicialização da política educacional.....	12
 Anexo IV - Caso 4 (DJ/FD-USP): Extração de orientação normativa a partir do estudo de uma decisão judicial. Prazo em dobro para núcleo de prática jurídica.	14
 Anexo V - Caso 5 (SAL/MJ): Extração de orientação normativa a partir do estudo de uma decisão judicial. Prova de embriaguez e configuração do tipo penal.	17
 Anexo VI - Caso 6 (SAL/MJ): Uso de decisão judicial para redação de nota técnica. Projeto de lei em tramitação no Senado Federal.....	20

1. Metodologia: como analisar decisões judiciais?

O Poder Judiciário é um ator relevante no processo legislativo e na elaboração de políticas públicas. Ele é agente decisivo para a eficácia de uma lei uma vez promulgada, e também pode restringir previamente as alternativas políticas disponíveis para os Poderes Executivo e Legislativo, no momento da formulação de programas. Nesse sentido, o Judiciário poderia ser percebido como uma autoridade política (Taylor, 2007). Ele se constitui como ator político com poder de veto no processo de implementação de uma decisão legislativa e, da mesma forma, concede veto a outros agentes interessados no tema a ser legislado, que se valem de meios processuais para acioná-lo.¹

O Poder Judiciário não tem iniciativa própria, ou seja, ele depende de outros agentes para se manifestar, mas ele tem claramente uma racionalidade própria em suas respostas. Em outras palavras, a decisão judicial não é exclusivamente determinada pela demanda do ator social que lhe acionou (cidadão, partido político, órgão público, organização não-governamental, etc.), mas é reconstruída por seus próprios termos, códigos e interesses jurídicos e sociais.

Tribunais e juízes se constituíram enquanto atores relevantes a serem considerados no processo político, porque sinalizam fronteiras legislativas para a formulação programas. Ademais, caso haja oposição, eles podem confirmar (e, portanto, legitimar) escolhas políticas, ou contribuir para protelar sua implementação. Importante notar também que processos judiciais tendem a revelar o conteúdo de demandas sociais sobre determinado objeto. Uma pesquisa sobre o que se leva ao Judiciário revela preferências de cidadãos e organizações.

Por suas características institucionais próprias (Vilhena, 2004), o Judiciário e seus tribunais se tornaram, especialmente a partir da democratização brasileira, uma arena aberta à manifestação política de interesses individuais e coletivos, uma vez que, para acioná-los, indivíduos ou grupos sociais não precisam compor maioria ou se organizar coletivamente. Assim, tribunais e juízes são atores com poder de veto sobre determinada lei ou política a serem formuladas, e também se constituem enquanto fonte de mapeamento de demandas e expectativas sociais sobre determinada questão coletiva.

Mas como mapear e extrair uma orientação (ou uma prescrição) normativa a partir de decisões judiciais? Como identificar a jurisprudência de um tribunal?

É preciso ter em mente que o trabalho de identificar a jurisprudência de um órgão julgador é trabalho criativo, construído pelo analista de direito. A jurisprudência geralmente não

¹ Para a formulação teórica e política do Poder Judiciário como *veto player* e *veto point* no sistema brasileiro, recomendo a leitura de Taylor (2005), que retoma a idéia original de Tsabelis.

é um dado, mas sim uma reconstrução. A sustentação de determinado posicionamento técnico em um trabalho depende do refinamento da *análise* e do *método* perseguido pelo analista. “Pinçar” um argumento em uma decisão judicial aleatória (ou pior: de uma ementa) e utilizá-lo retoricamente em um parecer não é revelar a jurisprudência do órgão julgador.

Essa “revelação” é uma *reconstrução* a partir de um *método*, que envolve a análise de ementas bem como do inteiro teor da decisão judicial. Além disso, esse processo envolve não somente a leitura de *uma* decisão que interesse, mas sim a análise de diversas decisões que tratam do mesmo tema ou estão relacionadas. O refinamento de um trabalho técnico e a sustentação objetiva de seu argumento depende do método adotado para o mapeamento e para a reconstrução da jurisprudência do órgão julgador. Atenção: *não* existem “as jurisprudências” do órgão, mas sim decisões judiciais que podem (ou não) revelar *a jurisprudência* do julgador (sempre no singular).

Para o mapeamento, o primeiro passo é definir qual órgão decisório do Poder Judiciário é relevante para a análise. A avaliação depende, geralmente, de duas variáveis: pertinência do tema (adequação entre problema jurídico e instância emissora de decisões correlatas) e importância decisória (impacto - ou sua probabilidade - sobre a questão jurídica a ser analisada).

Para auxiliar essa definição, a base de dados unificada do Conselho de Justiça Federal (<http://columbo2.cjf.jus.br/juris/unificada/>) pode ser uma ferramenta interessante de pesquisa.² Para o refinamento da busca, recomenda-se a utilização dos operadores expostos no anexo I, deste documento. Se a matéria for de competência da justiça estadual, é preciso recorrer ao *website* de tribunais em cada Estado.

No que se refere à importância decisória, sua pesquisa deve determinar previamente quais são os atores relevantes: (i) juízes de primeira instância que podem bloquear (ou confirmar) programas políticos por meio de decisões provisórias (liminares, por exemplo); ou (ii) tribunais superiores que influenciam decisões de outras instâncias, por meio de instrumentos como repercussão geral ou súmulas, e vinculam todos os membros do Poder Judiciário.

Uma vez escolhido o órgão, como selecionar as decisões judiciais relevantes para o meu problema?

Essa seleção depende de uma leitura atenta das ementas e de sua indexação para a primeira triagem. A recorrência de elementos narrativos e suas referências na indexação permitem a primeira seleção de decisões.

² Nessa base de dados, somente são disponibilizadas ementas e indexação das decisões de tribunais superiores (STF, STJ e TRFs). Para acesso ao inteiro teor da decisão, é preciso buscá-lo no *website* do respectivo órgão decisório. Para uma lista completa de endereços eletrônicos de bases de dados jurisprudenciais, o seguinte *website* pode ser útil: <http://www.pesquisadireito.com/jurisprudencia.htm>. Inclui-se também o endereço eletrônico de tribunais estaduais, de competência distinta.

O ideal é buscar aquela decisão que deu origem ao posicionamento do órgão julgador e comparar com as demais, analisando a “evolução” do argumento jurídico no tempo. O segundo passo é a leitura do inteiro teor que pode demandar nova pesquisa, já que a ementa não revela todos os argumentos pertinentes da decisão. A partir desse procedimento de “idas e vindas” ao banco de dados do órgão identificado, é possível selecionar um grupo de decisões que revelam o posicionamento jurídico sobre determinada questão.

Uma vez selecionadas as decisões judiciais relevantes, como extrair a orientação do órgão julgador?

A decisão judicial tem três elementos principais: *fatos, raciocínio e decisão* (Edwards, 1996; Stake, 1994). Esses três elementos revelam a orientação ou a prescrição normativa construída pelo órgão julgador. Porém, a leitura de uma decisão judicial pressupõe também a leitura de seu contexto factual. O conhecimento extra-decisão judicial auxilia a interpretação do raciocínio jurídico desenvolvido pelo órgão. Portanto, a pesquisa por pronunciamentos públicos sobre aquele tema é uma forma de auxiliar o processo de extração da orientação judicial.

Ainda, os argumentos retóricos, presentes na decisão, podem não constituir o raciocínio jurídico, mas podem revelar o “estado de ânimo” do órgão julgador e eventuais posições ideológicas. Todos os elementos de uma decisão judicial podem auxiliar a sustentação de um argumento jurídico. Dependendo da importância ou do contexto em que ele aparece no corpo da decisão, uma classificação de sua pertinência para a orientação judicial pode ser necessária.

Para separar elementos do raciocínio jurídico, essenciais para a identificação do posicionamento do órgão julgador, e os demais elementos relevantes ou irrelevantes de uma decisão, recomenda-se o uso de um *case brief*, abaixo. A construção dessa ferramenta depende da necessidade do analista. O modelo proposto é apenas exemplificativo. Seu uso é instrumental: ele auxilia a identificação dos fatos essenciais, do raciocínio central e da decisão do órgão julgador.

Trata-se um de modelo tanto “mental” como “físico”, ou seja, ele pode servir de registro para cada decisão analisada, como pode também servir como mapa cognitivo de identificação dos elementos pertinentes de uma decisão no decorrer de sua leitura. Acredito, particularmente, que quanto mais possível o *case brief* seja escrito (o que permite uma leitura mais ativa do julgado, porque demanda re-elaboração), com mais rapidez no tempo o analista conseguirá construí-lo - e seu modelo “mental” de identificação de elementos relevantes vai se aprimorando. Além disso, ele deixa memória escrita importante para a análise de outros casos que, no futuro, possam estar relacionados com decisão reelaborada.

Vamos retomar: uma vez separados os elementos pertinentes (as questões presentes no modelo proposto buscam auxiliar essa identificação, ver *case brief* abaixo), o analista do direito poderá comparar as diferentes decisões encontradas. A ideia do modelo é reconstruir a consistência de uma decisão judicial e permitir a comparabilidade entre diferentes decisões.

Ainda que seu desenho original seja destinado à análise de decisões colegiadas, ele também pode ser aplicado a decisões monocráticas.³

Note que a análise das decisões judiciais relevantes encontradas pode revelar ou não a jurisprudência do órgão julgador.

Se não for possível identificar um comportamento específico do tribunal sobre aquela questão, as decisões selecionadas e analisadas podem revelar pontos de veto a uma legislação (ou política pública) ou, ao menos, uma tendência. Esse trabalho é criativo e a recorrência a um método específico contribui para a objetividade da sustentação dos argumentos de um parecer.

2. Modelo de *case brief*⁴

Objetivos da ferramenta:

- Recurso analítico: identificação de elementos pertinentes da decisão (foco);
- Guia para análise de decisões judiciais (método);
- Leitura ativa da decisão judicial (processo criativo);
- Separar a razão de decidir de argumentos retóricos a partir da reconstrução do fio condutor do raciocínio judicial (por meio de questões relevantes);
- Transformar argumentos judiciais abstratos em conceitos passíveis de uso prático (extensão a outros casos);
- Permite comparabilidade entre diferentes decisões judiciais, a partir dos seguintes elementos: fatos essenciais, raciocínio e decisão;
- Apoio na redação de pareceres e artigos científicos;
- Suporte para eventual construção de base jurisprudencial de dados.

<p>Órgão Julgador: identificação do tribunal (pleno ou turma)</p> <p><i>Quais órgãos julgadores são relevantes para o tema tratado? Há diferença de decisões entre turmas e pleno? O que isso pode revelar?</i></p>
<p>Fonte: Localização do acórdão: revista (número e páginas) ou endereço eletrônico.</p> <p>Classe e nº: Classe processual e número de identificação.</p> <p><i>Citação importante no documento técnico e facilidade de localização, caso seja necessária releitura da decisão.</i></p>
<p>Relator: Designação do julgador que desenvolveu o relato do processo, inclusive eventual redator para acórdão (caso o relator original tenha tido seu voto vencido ou tenha se retirado do tribunal, sem o julgamento da decisão final).</p> <p><i>Em outras decisões, é o mesmo relator? Um perfil de decisão pode ser atribuído a ele? Esse perfil pode ser estendido aos demais julgadores? Seu posicionamento tem sido acompanhado por outros julgadores?</i></p>

³ Veja exemplos de *case briefs* já preenchidos no exercício sugerido pelo Anexo VI, deste documento.

⁴ Esse modelo foi originalmente aplicado na pesquisa empírica de Duran (2010) e construído a partir dos trabalhos de Edwards (1996) e Stake (1994).

<p>Data do julgamento e da publicação: Dia, mês e ano da decisão do tribunal.</p> <p><i>Período histórico da decisão e citação importante no documento técnico. Os eventos foram excepcionais, localizados no tempo, ou podem se repetir? A decisão está condicionada ao evento histórico ou ela pode ser estendida a outros momentos (decisão sobre um evento de crise institucional, por exemplo)?</i></p>
<p>Partes: Designação das partes que figuraram na relação processual.</p> <p><i>Identificação dos agentes que recorreram ao espaço judicial para questionar normativo (ou para solucionar questão de direito) e contra quem essas partes se dirigiram. São os mesmos atores que têm se manifestado contra esse dispositivo? Em quais circunstâncias? Qual é o perfil de atuação desses atores? Eles se repetem em outras ocasiões?</i></p>
<p>Ementa: Identificação da ementa oficial fornecida pelo órgão julgador.</p> <p><i>A ementa é clara e vale à pena ser citada enquanto revelação da decisão judicial? Ou seria melhor buscar o argumento no corpo da decisão? A ementa revela, de fato, o raciocínio vencedor da decisão? Se ela contraria a decisão no corpo do acórdão, essa contradição pode ser usada na argumentação do artigo ou do parecer?</i></p>
<p>Dispositivo(s) questionado(s): Identificação dos dispositivos normativos abordados pela decisão e que constituíram o <u>fundamento</u> da decisão judicial.</p> <p><i>Quais são os principais dispositivos citados pela decisão judicial? Quais deles constituem o fundamento da decisão? Como eles influenciam ou determinam a decisão final?</i></p>
<p>Fatos: identificação do histórico material e processual do caso.</p> <p><i>Quais são os elementos factuais que permitem construir a especificidade desse caso? Como eles se estenderiam a outros casos? Para quais fatos se aplica a decisão selecionada? Qual é o nível de abstração desses fatos que permitem a extensão desse julgado a outros casos?</i></p> <p><i>Quais são os fatos essenciais, os significantes e os insignificantes?</i></p> <p><i>(i) Fatos essenciais: sem esses fatos, o resultado da decisão não seria o mesmo. Eles compõem a prescrição (ou orientação) normativa a ser extraída da decisão judicial final. Se eles mudam, a decisão pode deixar de ser a mesma;</i></p> <p><i>(ii) Fatos significantes: auxiliam a compreensão do caso, mas não compõe o raciocínio da decisão. São elementos que permitem a compreensão do contexto da decisão;</i></p> <p><i>(iii) Fatos insignificantes: detalhe interessante, mas não compõe o raciocínio do julgador tampouco acrescenta em termos de compreensão do contexto factual da decisão (a princípio, não precisaria ser mencionado no case brief).</i></p>
<p>Questões relevantes: Indagações que são ilustradas ou respondidas pelo caso. A partir dela(s), o raciocínio judicial é desenvolvido. É elemento essencial do <i>case brief</i>, pois orienta a reconstrução da decisão judicial pelo analista do direito.</p> <p><i>Qual é a questão-problema respondida pela decisão judicial e que guia a construção do raciocínio pelo julgador? Ela pode não ser a mesma daquela colocada pelas partes!</i></p>
<p>Fundamento principal: Raciocínio desenvolvido pelo órgão julgador e dirigido à questão relevante ilustrada pelo caso.</p> <p><i>Quais são os fundamentos centrais sustentados pelo julgador e dirigidos à resposta da questão</i></p>

relevante, acima? Como o julgador conecta dispositivo normativo e fatos essenciais de forma a construir a decisão? Como se trata de um colegiado, diferentes razões são apresentadas para uma mesma decisão? É possível extrair uma argumentação “vencedora”? Se não é possível, essa decisão revela alguma tendência?

Decisão: Deliberação tomada no caso analisado: identificação do posicionamento do tribunal.

A partir do raciocínio desenvolvido, como o julgador respondeu à questão relevante? Raciocínio e decisão são coerentes entre si ou houve contradição? Exemplos: determinada lei é constitucional ou inconstitucional? O regulamento é legal ou ilegal?

Voto vencido: Registro de quem proferiu voto divergente.

O voto vencido pode vir a ser vencedor? É possível identificar uma tendência? A maioria composta foi “apertada”? Como essa informação pode ser útil ao artigo científico?

Fundamento do voto vencido: Raciocínio desenvolvido pelo julgador que divergiu da decisão da maioria. Seu registro é também orientado pela questão ilustrada pelo caso.

O fundamento do voto vencido pode vir a ser o vencedor em outros casos? Outros fundamentos apresentados pelo voto vencido convergem para a decisão da maioria?

Casos citados/ Precedentes: Casos anteriores no mesmo sentido da decisão tomada, ou aqueles divergentes que foram expressamente citados pelo órgão julgador.

Os casos citados configuram precedentes ou apenas foram citados de forma aleatória e sem consistência? Como eles sustentam o raciocínio desenvolvido pelo julgador e qual é sua importância? Como eles auxiliam a identificação dos fatos essenciais da decisão (comparabilidade entre decisões)? É possível identificar um padrão decisório do órgão julgador a partir das decisões citadas expressamente? É possível reconstruir, a partir de sua análise e sustentação, a jurisprudência do órgão com base nessas decisões?

3. Referências bibliográficas

a) Poder Judiciário e sistema político

- Falcão, Joaquim; Schuartz, Luís Fernando; Arguelhes, Diego, “Jurisdição, incerteza e Estado de Direito”, Revista de Direito Administrativo - RDA, 243, 2006, p. 79-112.
- Taylor, Matthew. "O Judiciário e as políticas públicas no Brasil", *Dados vol. 50*, n. 2, Rio de Janeiro, 2007.
- Silva, Felipe Gonçalves; Rodriguez, José Rodrigo (Org.). *Manual de sociologia jurídica*. São Paulo: Saraiva, 2013, Capítulos 12, 13, 14 e 15.
- Vieira, Oscar Vilhena. “Supremocracia”, Revista Direito GV, 8(2), 2004. p.441-464.

b) Racionalidade jurídica versus racionalidade econômica

- Fabiani, Emerson. *Direito e crédito bancário no Brasil*. São Paulo: Saraiva; Direito GV, 2011, Capítulo 1.

- Lima Lopes, José Reinaldo de. "Direito e economia: os caminhos do debate", In: Lima, Maria Lúcia P. (Org.). *Agenda contemporânea: direito e economia - 30 anos de Brasil*. São Paulo, SP: Saraiva, 2012.
- Faria, José Eduardo. *Direito e economia na democratização brasileira*, São Paulo, Malheiros, 1993, p. 9-62.

c) Material que baseou a criação da oficina e do material didático

- Duran, Camila Villard. *Direito e moeda: o controle dos planos de estabilização monetária pelo Supremo Tribunal Federal*, São Paulo: Saraiva / Direito GV, 2010, Capítulo 1.
- Edwards, Linda L. *Practical case analysis*, West, St. Paul, 1996.
- Ost, François. "Júpiter, Hercules e Hermes: tres modelos de juezes", *Doxa* nº 14, 1993.
- Stake, Robert E. "Case Studies", *Handbook of Qualitative Research*, Denzin, Norman K. and Lincoln, Yvonna S. (eds.), Sage Publications, London, 1994.

d) Leitura complementar

- Campilongo, Celso Fernandes. *Política, sistema jurídico e decisão judicial*, Max Limonad, São Paulo, 2002, Capítulo 1.
- Cappelletti, Mauro. *Juizes legisladores?* Porto Alegre: Fabris, 1999.
- Castel, Robert. Figures professionnelles : dispositions réglementaires et genèse de l'expertise – l'expert mandaté et l'expert instituant. *Situation d'expertise et socialisation des savoirs*. Saint-Etienne: CRESAL, 1985.
- Faria, José Eduardo Campos de Oliveira. "A crise do Judiciário no Brasil: algumas notas para discussão", *Revista do Ministério Público* 30, Lisboa, 2002, pp.9-28.
- Pinheiro, Armando Castellar. "Judiciário, reforma e economia: a visão dos magistrados", *Texto para Discussão* 966. Brasília: Ipea, 2003.
- ____ (org.). *Judiciário e Economia no Brasil*. São Paulo, Sumaré, 2000.
- Ost, François. "Quelle jurisprudence, pour quelle société ?", *Archives de Philosophie du Droit* nº 30, 1985.
- Ost, François. *Droit et Intérêt – Entre droit et non-droit : l'intérêt*, vol. II, Publication des Facultés Universitaires Saint-Louis, Bruxelles, 1990.
- Ost, François; Kerchove, Michel Van. "De la pyramide au réseau? Vers un nouveau mode de production du droit ? ", *Revue Interdisciplinaire d'Etudes Juridiques* nº 44, 2000.
- Sadek, Maria Tereza (Org). *Uma introdução ao estudo da justiça*. São Paulo: Ed. Sumaré, 1995.
- Santos, Boaventura. "Introdução à Sociologia da Administração da Justiça", in José Eduardo Faria (org.), *Direito e Justiça: a função social do Judiciário*, São Paulo: Ática, 1989.
- Shapiro, Martin; Sweet, Alec Stone. *On Law, Politics, and Judicialization*. Oxford: Oxford Press, 2002.
- Tate, C. Neal. "Why the expansion of judicial power?", In: Tate, C. Neal; Vallinder, Torbjörn. (Orgs), *The global expansion of judicial Power*, New York: New York University Press, 1995.
- _____. "When the courts go marching in", In: Tate, C. Neal; Vallinder, Torbjörn. Orgs. *The global expansion of judicial power*, New York: New York University Press, 1995.
- Taylor, Matthew M. "Veto and voice in the Courts: policy implications of institutional design in the Brazilian judiciary", *Seminário IPE/USP* nº 9, São Paulo, 2005.
- Vianna, Luis werneck et al. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Renavan, 1999.
- _____. *Corpo e alma da magistratura brasileira*. Rio de Janeiro: Renavan, 1997.

Anexo I

Operadores para buscas em bases de dados jurisprudenciais⁵

Como tornar sua pesquisa por decisões judiciais mais precisa?

- E
- OU
- ADJ
- PROX
- COM
- MESMO
- NAO
- \$

E

Use o operador **E** para recuperar documentos que contenham ambos os termos especificados. Este operador não determina em que lugar do documento os termos estão. Tampouco estabelece qualquer relação de proximidade entre eles. Basta que ambos existam no documento, em qualquer lugar. **termo E termo**
deputado **E** senador

OU

Este operador permite encontrar documentos que contenha um ou ambos os termos pesquisados. Isto é, pode existir o primeiro, o segundo, ou apenas um dos dois. **termo OU termo**

ADJ

O operador ADJ permite encontrar documentos cujos termos especificados (operandos) apareçam adjacentes entre si. A ordem especificada na busca e a ordem em que os termos devem aparecer.

A distancia entre os dois termos pode ser variada através do modificador ADJn, onde n é um número entre 1 e 99. **termo ADJ[n] termo**

n indica a quantidade de palavras que podem aparecer entre os dois termos. Caso não especificado e aplicado um valor default (geralmente 1)

PROX

O operador PROX permite recuperar documentos nos quais os dois termos pesquisados aparecem na mesma sentença, **em qualquer ordem**. A especificação de um número n após o operador permite alterar a distancia alcançada. **termo PROX[n] termo**

COM

O operador recupera documentos em que ambos os termos aparecem na mesma sentença. **termo COM termo**

MESMO

O operador MESMO permite a recuperação de documentos em que os termos mencionados aparecem no mesmo parágrafo ou subparágrafo. **termo MESMO termo**

NAO

O operador NAO permite recuperar documentos que contenham o primeiro, mas não o segundo termo. **termo NAO termo**

\$[n]

Este operador substitui qualquer quantidade de caracteres. Se n existir e for maior do que 1, então valor no máximo tal quantidade de caracteres. Exemplos:

A\$ Palavras começadas com A. \$Z Palavras terminadas com Z. A\$Z Palavras começadas com A e terminadas com Z. A\$X\$Z Palavras começadas com A, terminadas com Z e com um X em algum lugar intermediário. A\$3Z Palavras começadas com A, terminada com Z, com total máximo de cinco caracteres.

⁵ Fonte: www.stf.gov.br

Anexo II

Casos 1 e 2 (FEA-USP): Extração de orientação normativa a partir do estudo de uma decisão judicial. Instituições financeiras e a aplicabilidade do código de defesa do consumidor (CDC). A revisão judicial de planos econômicos de estabilização.

A partir da leitura dos casos identificados abaixo, quais são os fatos essenciais , a questão relevante , o raciocínio jurídico desenvolvido e a decisão do órgão julgador? Recorra ao modelo de case brief para extrair a orientação normativa da decisão.

Caso 1

Estudo de caso: o Supremo Tribunal Federal e a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor às instituições financeiras

Leitura obrigatória (seminário)

- ADIn 2.591/DF: ementa, votos dos ministros Nelson Jobim e Eros Grau, debates após voto do ministro Eros Grau (páginas 345-350), extrato da ata.
- ADIn-ED 2.591/DF: ementa, voto do ministro Eros Grau, trechos dos debates (páginas 103-105; 107-117), extrato da ata.
- Textos legislativos citados na decisão judicial

Leitura complementar

- Duran-Ferreira, C. "O STF e a construção institucional das autoridades reguladoras do sistema financeiro: um estudo de caso das ADIns", *Revista Direito GV* 5, n. 1, pp. 67-94, 2009, disponível em: http://direitogv.fgv.br/sites/direitogv.fgv.br/files/5_-_o_stf_e_a_construcao_institucional_-_camila_duran.pdf

Caso 2

Racionalidade jurídica vs. racionalidade econômica: os planos de estabilização econômica na democracia brasileira

Leitura obrigatória (seminário)

- ADIn MC 534: ementa, votos dos ministros Celso de Mello, Néri da Silveira e Paulo Brossard, extrato da ata.
- ADIn 534 na íntegra
- Textos legislativos citados na decisão judicial

Leitura complementar

- Faria, José Eduardo. *Direito e economia na democratização brasileira*, São Paulo, Malheiros, 1993, p. 9-62.
- Moreira Neto, Diogo de Figueiredo. "A reforma monetária dos ativos líquidos no Plano Brasil Novo", *Revista de Informação Legislativa* nº 108, 1990.
- Duran, C.V. "O Supremo Tribunal Federal, os Planos Econômicos de Estabilização e a Construção da Moldura Jurídica do Poder Monetário", *Revista da Procuradoria Geral do Banco Central do Brasil* 4, n. 1, jun. 2010, disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?id=REVISTAPGBCED&ano=2010>
- Lopes, José Reinaldo de Lima. "Direito e economia: os caminhos do debate", in: Maria Lucia L M Padua Lima. (Org.), *Direito e economia 30 anos de Brasil* - Tomo 1. 1 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012, pp. 231-260.

Anexo III

Caso 3 (DJ/FD-USP): Extração de orientação normativa a partir do estudo de uma decisão judicial. Judicialização da política educacional.

A partir da leitura dos trechos do julgado do TJSP abaixo, quais são os fatos essenciais, a questão relevante, o raciocínio jurídico desenvolvido e a decisão do órgão julgador? Recorra ao modelo de case brief para extrair a orientação normativa da decisão.

Voto n. 5849

Apelação n. 0002583-78.2012.8.26.0505

Comarca: Ribeirão Pires

Natureza: Ensino Fundamental e Médio

Apelante: Município de Ribeirão Pires

Apelado: xxx

RELATOR JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO EM 2o GRAU JOSÉ MARIA CÂMARA JUNIOR

APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. PRETENSÃO DE REFORMA DA SENTENÇA QUE CONCEDEU A SEGURANÇA. EDUCAÇÃO INFANTIL ÀS CRIANÇAS DE ZERO A SEIS ANOS DE IDADE.

Aplicação do artigo 205 da Constituição Federal. A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O artigo 208, inciso IV, da Carta Magna estabelece que o dever do Estado na área da educação será efetivado mediante a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade, sendo certo que o parágrafo segundo deste mesmo dispositivo é expresso ao declarar que “o não atendimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente”. Princípio da reserva do possível que não pode se sobrepor aos direitos fundamentais. Precedentes do STJ e desta 9a Câmara de Direito Público.

NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO E REJEITADO O REEXAME NECESSÁRIO.

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES, inconformado com a respeitável sentença de fls. 41/47, interpôs recurso de apelação sustentando, em síntese, (i) a obediência ao princípio da legalidade administrativa e às diretrizes orçamentárias; (ii) o atendimento cronológico com inscrição dos interessados; (iii) a impossibilidade de controle jurisdicional diante da conveniência e oportunidade da administração; (iv) a independência da administração.
[...]

É o relatório.

O apelado impetrou mandado de segurança com vistas à obtenção de provimento mandamental para compelir o município a viabilizar o acesso à educação, com matrícula e permanência em pré-escola de educação infantil.

Interessa saber se efetivamente a impetrante reúne os pressupostos para o manejo do mandado de segurança.

[...]

Na verdade, o direito líquido e certo se resolve com a exata identificação dos pressupostos da certeza material e da certeza jurídica. Aquela envolve o suporte fático indubitável, demonstrado de plano, enquanto esta diz respeito ao apoio em norma legal ou nas garantias constitucionais
[...].

O artigo 205 da Constituição Federal estabelece que “a educação é direito de todos e dever do

Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Em seu sentido mais estrito, o artigo 208, inciso IV, da Carta Magna, indica que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade, sendo certo que o parágrafo segundo deste mesmo dispositivo é expresso ao declarar que “o não atendimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente”.

Cuida-se de norma de eficácia imediata que assegura para todo cidadão o direito à educação às crianças de zero a seis anos de idade, como dever do Estado, independentemente de edição de qualquer ato normativo inferior para legitimar a observância ao direito subjetivo material custodiado. Como se vê, a educação expressa direito público subjetivo do cidadão e dever do Estado, o que retira qualquer possibilidade de conduta omissiva do Poder Público ao pretender criar embaraço ou obstáculo ao atendimento de educacional às crianças de zero a seis anos, sob o fundamento de que, nesta hipótese, haveria prioridade de interesse individual em detrimento do coletivo.

[...]

A negativa e a falta de vagas para o atendimento especializado, sob o fundamento de que já existe um programa de inclusão infantil e que o agraciamento depende da ordem cronológica dos cadastrados, revela comportamento furtivo à plena obediência dos preceitos constitucionais, além de ofender, definitivamente, o direito da criança e do adolescente, muito prestigiado pela atual Constituição Federal.

[...]

Pouco importa que a Secretaria de Educação do Município tenha um programa de educação inclusiva. Há de prevalecer o interesse, talvez não sopesado, dos destinatários do ensino a ser ministrado, no caso, a criança de zero a seis anos de idade. Não há que se alar na hipótese de invasão de matéria pelo Poder Judiciário na Administração Pública. Como já se disse, incumbe ao Estado observar as normas instituídas pela Carta Magna e garantir constitucionalmente ao cidadão o amplo acesso à educação, inclusive à educação infantil das crianças de zero a seis anos de idade. Ora, diante da parcimônia ou omissão do Estado, o desenvolvimento da atividade jurisdicional não expressa qualquer ingerência indevida na área de competência do Poder Executivo, vez que a parte pretende tão somente o cumprimento do dever constitucional do Estado de promover e incentivar a educação, valendo-se, para tanto, da interpretação empregada para a regra do artigo 205 e seguintes da Constituição Federal.

[...]

O denominado fenômeno da judicialização dos direitos fundamentais pretende assegurar a efetivação das políticas públicas e esteve recepcionado pela jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça [...].

Diante do exposto, nego provimento ao recurso e rejeito o exame necessário.

JOSÉ MARIA CÂMARA JUNIOR
Relator

Anexo IV

Caso 4 (DJ/FD-USP): Extração de orientação normativa a partir do estudo de uma decisão judicial. Prazo em dobro para núcleo de prática jurídica.

A partir da leitura dos trechos do julgado do STJ abaixo, quais são os fatos essenciais, a questão relevante, o raciocínio jurídico desenvolvido e a decisão do órgão julgador? Recorra ao modelo de case brief para extrair a orientação normativa da decisão.

RECURSO ESPECIAL No 1.106.213 - SP (2008/0262754-4)

PROCESSO CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA. UNIVERSIDADE PÚBLICA. PRAZO EM DOBRO. 1. Segundo a jurisprudência desta Corte, interpretando art. 5o, § 5o, da Lei no 1.060/50, para ter direito ao prazo em dobro, o advogado da parte deve integrar serviço de assistência judiciária organizado e mantido pelo Estado, o que é a hipótese dos autos, tendo em vista que os recorrentes estão representados por membro de núcleo de prática jurídica de entidade pública de ensino superior.

2. Recurso especial provido para que seja garantido à entidade patrocinadora da presente causa o benefício do prazo em dobro previsto no art. 5o, §5o, da Lei 1.060/50.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas constantes dos autos, por unanimidade, dar provimento ao recurso especial, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a) Relator(a). Os Srs. Ministros Massami Uyeda, Sidnei Beneti, Paulo de Tarso Sanseverino e Ricardo Villas Bôas Cueva votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 25 de outubro de 2011(Data do Julgamento)

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso especial interposto por *Sr. Caio* com fundamento na alínea “a” do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo TJ/SP.

Ação: ação anulatória cumulada com restituição de valores, reparação de danos materiais e compensação de danos morais, ajuizada por *Sr. Ticio* em face *Sr. Caio*.

Contestação: apresentada a contestação, as partes requeridas pleitearam o benefício da assistência judiciária gratuita e a aplicação do prazo em dobro para recorrer.

Decisão interlocutória: o Juiz de Direito da 3a Vara Cível do Foro Regional IV da Comarca de São Paulo/SP deferiu o benefício da Justiça Gratuita aos réus e indeferiu o prazo em dobro, ao argumento de que tal benefício somente se aplica à Defensoria Pública.

Agravo de instrumento: interposto por *Sr. Caio*, contra a decisão interlocutória. Alega que “o motivo pelo qual foi indeferido o benefício do prazo em dobro, qual seja a possibilidade de aplicação deste somente à Defensoria Pública, mostra-se deficitário, uma vez que a entidade *Centro Acadêmico XI de Agosto* tem convênio com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo”.

Acórdão: o TJ/SP negou provimento ao agravo de instrumento interposto pelos recorrentes [...] É o relatório.
[...]

VOTO A EXMA. SRA. MINISTRA NANCY ANDRIGHI (Relatora):

I – Da delimitação da controvérsia

Cinge-se a controvérsia a determinar se se aplica ou não ao serviço de assistência judiciária de instituição de ensino superior mantida pelo Estado, que patrocina seu cliente sob o pálio da justiça gratuita, a regra da duplicidade de prazos prevista no art. 5o, §5o, da Lei 1.060/50.

II – Do benefício do prazo em dobro [...]

Os recorrentes alegam que “a concessão em dobro dos prazos está inclusa nos benefícios da assistência judiciária, como consequência certa e necessária da gratuidade processual” [...]. Sustentam que “a contagem em dobro dos prazos é um benefício, um direito, dirigido aos defensores públicos e aos profissionais que exercem atividade semelhante à daqueles. E não somente àqueles que exercem atividade de defensor em entidade estatal ou paraestatal” [...].

A Lei 1.060/50, que trata da concessão de assistência judiciária aos necessitados, estabelece em seu art. 5o, § 5o, com a redação dada pela Lei 7.871/79, que “nos Estados onde a Assistência Judiciária seja organizada e por eles mantida, o Defensor Público, ou quem exerça cargo equivalente, será intimado pessoalmente de todos os atos do processo, em ambas as Instâncias, contando-se-lhes em dobro todos os prazos”.

Embora da literalidade da norma possa se extrair facilmente que os benefícios da intimação pessoal e da contagem em dobro de todos os prazos foram instituídos em favor do defensor público ou quem exerça cargo equivalente, desde que no âmbito de instituição organizada e mantida pelos Estados que preste assistência judiciária, existe certa celeuma na exegese do que pode se entender por “cargo equivalente” [...].

A 5a Turma [do STJ], no julgamento do HC 37.784/DF (Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJ de 08/11/2004), sob o fundamento de que “a nomeação de defensor pertencente a Núcleo de Práticas Jurídicas de Instituição de Ensino Superior tem a mesma situação da indicação de defensor dativo”, estendeu a obrigatoriedade de intimação pessoal aos “Núcleos de Práticas Jurídicas” de instituição particular de ensino superior.

Por outro lado, relativamente ao benefício do prazo em dobro, num dos primeiros precedentes acerca desse tema, a 3a Turma, em sua antiga composição, adotou o entendimento de que para fazer jus ao benefício “é de rigor que o patrono da parte seja integrante do Serviço Organizado de Assistência Judiciária, mantido pelo Estado” (REsp 105.096/PR, [...] 25/02/1998). [...]

Por conseguinte, como consequência desse posicionamento, esta Corte adotou o entendimento de que, relativamente aos defensores dativos, mesmo nos casos em que forem indicados pela OAB em razão de convênio celebrado com a PGE, não dispõe de prazo em dobro para recorrer, vez que não exercem cargos equivalentes aos de Defensores Públicos (HC 27.786/SP, [...] 23/10/2003). Acerca do que se deve entender por *cargo equivalente*, esta c. 3a Turma, também em sua antiga formação, já decidiu que menção a *cargo*, refere-se “aos Advogados do Estado, seja qual for sua denominação (Procurador, Defensor, etc)” (REsp 120.556/SP, [...] 16/05/2002). [...]

Todavia, conferindo uma exegese mais ampla da que foi conferida por ocasião do julgamento do REsp 120.556/SP, acima mencionado, que, estritamente vinculado ao conceito de direito administrativo, esta c. 3a Turma consignou que – por *cargo equivalente*, deve se entender os “os Advogados do Estado, seja qual for sua denominação (Procurador, Defensor, etc)”, em julgamento unânime do qual participei – o privilégio do prazo em dobro estende-se às partes assistidas por *Núcleos de Prática Jurídica* de instituições de ensino público, por serem entes organizados e mantidos pelo Estado: AgRg no AgRg no AgRg na MC 5.149/MG, 3a Turma, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 25/11/2002.

[...] amparada no entendimento de que os serviços de assistência judiciária mantidos pelo Estado, tal qual como ocorre com a Defensoria Pública, apresentam deficiências de material,

pessoal e um grande volume de processos e considerando que na hipótese dos autos a parte está sendo assistida por *Núcleo de Prática Jurídica* de instituição pública de ensino superior, não há razão para negar a prerrogativa da duplicidade de prazos.

Por fim, há de se consignar que, especificadamente quanto ao *Centro Acadêmico XI de Agosto*, da Faculdade de Direito da USP, esta Corte já teve oportunidade de analisar a questão do benefício do prazo em dobro [...]

Forte nessas razões, DOU PROVIMENTO ao recurso especial para que seja garantido à entidade patrocinadora da presente causa o benefício do prazo em dobro previsto no art. 5o, §5o, da Lei 1.060/50.

É como voto.
[...]

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia TERCEIRA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a) Relator(a). Os Srs. Ministros Massami Uyeda, Sidnei Beneti, Paulo de Tarso Sanseverino e Ricardo Villas Bôas Cueva votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Anexo V

Caso 5 (SAL/MJ): Extração de orientação normativa a partir do estudo de uma decisão judicial. Prova de embriaguez e configuração do tipo penal.

A partir da leitura dos trechos do julgado do STJ abaixo, quais são os fatos essenciais, o raciocínio jurídico desenvolvido e a decisão do órgão julgador? Recorra ao modelo de case brief para extrair a orientação normativa da decisão.

HABEAS CORPUS Nº 132.374 - MS (2009/0056950-9)

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. **HABEAS CORPUS**. ART. 306 DO CTB. [...]. COMPROVAÇÃO DA EMBRIAGUEZ. EXAME DE ALCOOLEMIA NÃO REALIZADO POR AUSÊNCIA DE EQUIPAMENTOS NA COMARCA. REALIZAÇÃO DE EXAME CLÍNICO.

I – [...]

II - Para comprovação do crime do art. 306 do CTB, o exame de alcoolemia somente pode ser dispensado, nas hipóteses de impossibilidade de sua realização (ex: inexistência de equipamentos necessários na comarca ou recusa do acusado a se submeter ao exame), quando houver prova testemunhal ou exame clínico atestando indubitavelmente (prontamente perceptível) o estado de embriaguez. Nestas hipóteses, aplica-se o art. 167 do CPP.

III - No caso concreto, o exame de alcoolemia não foi realizado por inexistência de equipamento apto na comarca, e não houve esclarecimento da razão pela qual não se fez o exame de sangue. Entretanto, foi realizado exame clínico. Desta forma, considerando que não houve a produção de prova em sentido contrário, é demasiadamente precipitado o trancamento da ação penal. Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da QUINTA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, denegar a ordem. Os Srs. Ministros Laurita Vaz, Arnaldo Esteves Lima, Napoleão Nunes Maia Filho e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 06 de outubro de 2009. (Data do Julgamento).

MINISTRO FELIX FISCHER
Relator

Trechos do voto (grifos no original):

“[...] A injustificável falta do exame de corpo de delito, a par de constituir uma nulidade por força da lei, pode eventualmente ensejar, como consequência, a falta de prova essencial de materialidade do delito ou de circunstância qualificadora ou majorante. Tudo depende processualmente do caso em si. O que não pode acontecer é reconhecer-se, **como homenagem à suposta verdade real**, algo como provado, quando em verdade, em termos legais, tal demonstração inocorreu.

Dessarte, no caso de **comprovação da embriaguez do réu** no crime do art. 306 do CTB, a argumentação acima desenvolvida **não pode** ser olvidada.

É pacífico, tanto na **doutrina**, como na **jurisprudência dos Tribunais Superiores** que, para **determinados crimes**, é indispensável a realização da perícia quando a infração deixa vestígios. No **crime de homicídio**, por exemplo, em que pese a certificação da morte da vítima mediante a apresentação do devido atestado de óbito, a perícia obrigatoriamente é de ser realizada, evidente somente se possível, de modo que não se cogita da sua dispensabilidade. O mesmo raciocínio se aplica aos delitos de lesões corporais e tráfico de entorpecentes. Em relação a este último esta Corte já consignou que: *"É indispensável a juntada aos autos do laudo toxicológico definitivo, a fim de se comprovar a materialidade de infração equiparada ao tráfico ilícito de entorpecentes."* (HC 76.755/RJ, 5ª Turma, de **minha relatoria**, DJ de 20/08/2007). Assim, ainda que atestado, preliminarmente, na apreensão da droga, por policiais do respectivo setor especializado de repressão, a natureza entorpecente da substância, ainda sim, o laudo pericial definitivo será de elaboração obrigatória.

Desse modo, tenho que para a configuração do crime de trânsito anteriormente mencionado a realização da perícia, **quando possível**, torna-se imprescindível.

Contudo uma importante ressalva há aqui que ser feita. Em diversos casos, a perícia não é realizada porque a comarca não dispõe dos equipamentos necessários, ou em razão de que o paciente não aceita se submeter aos exames de alcoolemia. Nestas hipóteses, é de se questionar: haveria outra forma de comprovar que a concentração de álcool no sangue do réu ultrapassava o limite legal?

Para solucionar tal questão, algumas considerações devem ser feitas.

O art. 306 do CTB considera crime a condução de veículo automotor por pessoa que está com a concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 6 dg (o que se equivale a 0,75 ml/l). Acerca da relação da concentração de álcool no sangue com a embriaguez, observe-se os seguintes **excertos doutrinários**:

"De maneira genérica, uma concentração alcoólica de até 0,5 ml por litro de sangue permite concluir-se pelo estado de sobriedade; entre 0,6 e 1,5ml, não possibilita a afirmação de embriaguez, que, então, só poderá ser constatada pelo estado e comportamento do paciente (é a chamada embriaguez com ressalva); entre 1,6 e 3,0 ml, é tida como determinando embriaguez incompleta, em correspondência clínica com a fase de excitação; entre 3,1 e 5,0 ml, faz com que se admita a embriaguez completa, a que corresponde, na clínica, a fase confusional; finalmente, acima de 5,0 ml, provoca o coma alcoólico, com sério perigo de êxito letal." (ZACHARIAS, Manif; ZACHARIAS, Elias. **Dicionário de Medicina Legal**. Curitiba: Educa, 1988, p. 138)

"Alguns autores consideram uma alcoolemia inferior a 0,5g por 1.000ml, uma intoxicação inaparente; entre 0,5 e 2,0g por 1.000ml, a presença de distúrbios tóxicos; e acima de 2,0g por 1.000ml, o estado de embriaguez." (FRANÇA, Genival Veloso de. **Medicina Legal**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004, p. 320)

Com base nos trechos acima transcritos, é possível concluir que a hipótese do sujeito que está sob efeito do álcool em tal intensidade que a embriaguez seja perceptível até mesmo por testemunhas **somente ocorre quando a concentração de álcool por litro de sangue é maior que o limite estabelecido pela lei**. Desta forma, é de se admitir a aplicação do art. 167 nas hipóteses em que **não foi possível a realização do exame** indicando a concentração de álcool no sangue, **mas há outros tipos de prova (testemunhas ou exame clínico) atestando indubitavelmente que o réu estava sob efeito de álcool**.

Destaca-se, ainda, que já houve decisão proferida nesta Corte (HC 123999, Decisão Monocrática proferida pela Min^a. **Laurita Vaz**, DJe de 03/02/09) no sentido de que são admissíveis outros meios de prova para a constatação da embriaguez além do bafômetro e do exame de sangue.

No **caso concreto**, o exame de alcoolemia não foi realizado porque não havia instrumento hábil (bafômetro) na comarca, e não houve o esclarecimento da razão pela qual não se fez o exame de sangue. Contudo, foi realizado exame clínico atestando a embriaguez. Desse modo, considerando

que não há prova pré-constituída indicando a inocorrência da embriaguez, concluí-se que há suficientes indícios da materialidade do crime, sendo demasiadamente precipitado o trancamento da ação penal. Ante o exposto, voto pela denegação da ordem.”

Normativos citados:

CTB

Art. 306. Conduzir veículo automotor, na via pública, estando com concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 6 (seis) decigramas, ou sob a influência de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência: [\(Redação dada pela Lei nº 11.705, de 2008\)](#)

Penas - detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Parágrafo único. O Poder Executivo federal estipulará a equivalência entre distintos testes de alcoolemia, para efeito de caracterização do crime tipificado neste artigo. [\(Incluído pela Lei nº 11.705, de 2008\)](#)

CPP

Art. 167. Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.

Anexo VI

Caso 6 (SAL/MJ): Uso de decisão judicial para redação de nota técnica. Projeto de lei em tramitação no Senado Federal.

A partir da leitura do projeto de lei nº 480/2011 do Senado Federal, e do resumo das decisões do STF selecionadas abaixo, redija uma nota técnica avaliando o mencionado projeto tendo em vista o posicionamento do tribunal constitucional quanto à alteração legislativa de correção monetária para contratos diferidos.

Procure responder em sua nota técnica: considerando os contratos diferidos em análise pelo tribunal (fatos essenciais), essas decisões podem ser estendidas para o caso concreto sob sua apreciação? As decisões abaixo podem ser utilizadas para sustentar o mencionado projeto de lei? O Poder Judiciário se constituiria como ponto de veto na eventual promulgação dessa lei? A redação do artigo proposto pelo projeto poderia ser melhorada, de forma a atender à expectativa do Poder Judiciário sobre a disciplina do assunto? O que você recomendaria?

Atual redação da Lei 8.666/1993:

“Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

[...]

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;

[\[Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\]](#)

[...]”

Tema: Taxa Referencial como índice de atualização monetária (Plano Collor II)
Caso: ADIn 493
Órgão Julgador: STF (Pleno)
Fonte: www.stf.gov.br
Classe e nº: ADIn 493
Relator: Moreira Alves
Data do julgamento: 25/06/1992
Data da publicação: 04/09/1992
Partes: Procurador Geral da República x Presidente da República e Congresso Nacional
Ementa: Ação direta de inconstitucionalidade. - Se a lei alcançar os efeitos futuros de contratos celebrados anteriormente a ela, será essa lei retroativa (retroatividade mínima) porque vai interferir na causa, que é um ato ou fato ocorrido no passado. - O disposto no artigo 5, XXXVI, da Constituição Federal se aplica a toda e qualquer lei infraconstitucional, sem qualquer distinção entre lei de direito público e lei de direito privado, ou entre lei de ordem pública e lei dispositiva. Precedente do S.T.F.. - Ocorrência, no caso, de violação de direito adquirido. A taxa referencial (TR) não é índice de correção monetária, pois, refletindo as variações do custo primário da captação dos depósitos a prazo fixo, não constitui índice que reflita a variação do poder aquisitivo da moeda. Por

isso, não há necessidade de se examinar a questão de saber se as normas que alteram índice de correção monetária se aplicam imediatamente, alcançando, pois, as prestações futuras de contratos celebrados no passado, sem violarem o disposto no artigo 5, XXXVI, da Carta Magna. - Também ofendem o ato jurídico perfeito os dispositivos impugnados que alteram o critério de reajuste das prestações nos contratos já celebrados pelo sistema do Plano de Equivalência Salarial por Categoria Profissional (PES/CP). Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente, para declarar a inconstitucionalidade dos artigos 18, "caput" e parágrafos 1º e 4; 20; 21 e parágrafo único; 23 e parágrafos; e 24 e parágrafos, todos da Lei n. 8.177, de 1º de maio de 1991.

Dispositivo(s) questionado(s): artigos 18, *caput*, §§ 1º e 4º, 20, 21 e parágrafo único, 23 e 24, da Medida Provisória nº 294, de 1º de fevereiro de 1991 (convertida na Lei 8177, de 1º de março de 1991); artigo 5º, XXXVI, CF/88.

Fatos: O Procurador Geral da República interpôs ação direta de inconstitucionalidade contra os dispositivos da Lei 8177, que estabeleceram a TR (Taxa Referencial) - definida como o índice de remuneração da poupança -, como índice de atualização monetária para contratos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e Sistema Financeiro do Saneamento (SFS), bem como estabeleceram a sistemática de sua aplicação. O fundamento central é de ofensa ao ato jurídico perfeito (artigo 5º, XXXVI, CF/88), visto que essas normas têm como âmbito de aplicação temporal os contratos celebrados até 1º de fevereiro de 1991, substituindo índice de correção monetária previsto anteriormente.

Em 1991, em julgamento de medida cautelar, por maioria de votos, o STF suspendeu a eficácia das normas questionadas até o julgamento final da ação, por entender que a TR tem natureza de taxa de remuneração de capital e não de correção monetária.

Questões relevantes: (1) Pode lei superveniente alterar índice de correção monetária estabelecido em contrato?

(2) A taxa referencial (TR) pode servir como índice de atualização monetária?

(3) São constitucionais normas supervenientes que alteram critério de reajuste das prestações de contratos já celebrados pelo sistema de Plano de Equivalência Salarial por Categoria Profissional (PES/CP)? (questão inserida pela Corte posteriormente)

Fundamento principal: (1) Não. Se a lei superveniente alcançar os efeitos futuros de contratos celebrados anteriormente a ela, é lei retroativa porque interfere na causa, que é um ato ou fato ocorrido no passado. No direito brasileiro, a eficácia da lei no tempo é disciplinada por norma constitucional e a proibição de ofensa ao ato jurídico perfeito e ao direito adquirido estende-se a qualquer lei infraconstitucional, sem qualquer distinção entre lei de ordem pública e lei de ordem privada. Apesar de imposta pela lei certas cláusulas como obrigatórias em determinado contrato, uma vez incorporadas a ele passam a integrá-lo como "fruto de ato de vontade inclusive da parte que a ele adere, e, conseqüentemente, daí resulta que esse contrato, como ato jurídico perfeito, tem os seus efeitos futuros postos a salvo de modificações que lei nova faça com relação a tais cláusulas, as quais são somente imperativas para os contratos que vierem a celebrar-se depois de sua entrada em vigor" (p. 135). Contudo, em relação à TR, não seria necessário examinar se "as normas que alteram índice de correção monetária se aplicam imediatamente, alcançando, pois, as prestações futuras de contratos celebrados no passado", porque não se trata de índice de atualização monetária (p. 324).

(2) Não, porque a metodologia de cálculo da TR, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), através da Resolução 1805/1991, prevê que ela corresponderá à remuneração mensal média líquida de depósitos fixos captados por bancos privados, tomando por base os títulos emitidos pelas trinta instituições financeiras com maior volume de depósitos a prazo fixo, expurgada de 2% (dois por cento) que representariam, genericamente, o valor da tributação e da "taxa real histórica de juros da economia" embutidos na remuneração. Os índices de correção monetária são índices que se destinam a determinar o valor de troca da moeda, é um "índice neutro" (p. 321) e não se relacionam a fatores relacionados ao custo de captação do dinheiro. A TR aumenta ou diminui em relação à lei da oferta e da procura, e não da desvalorização da moeda.

(3) Não, porque, quando os mutuários celebraram os contratos, eles possuíam a convicção de que os reajustes estariam vinculados ao aumento de seus salários, além disso, o novo critério desconsidera a perda do poder aquisitivo salarial dos últimos anos.

Decisão: Por maioria, o STF julgou procedente a ação, declarando inconstitucional a definição do

índice de remuneração da poupança (a TR) como índice de atualização monetária para contratos celebrados no âmbito do SFH/SFS.
Votaram os ministros Moreira Alves, Sydney Sanches, Néri da Silveira, Octavio Gallotti, Paulo Brossard, Sepúlveda Pertence, Celso de Mello e Francisco Rezek.
Voto vencido: Carlos Velloso, Ilmar Galvão e Marco Aurélio
Fundamento do voto vencido: (1) Sim, a jurisprudência do STF nesse sentido aplica-se aos saldos devedores do SFH: não há direito adquirido a determinado padrão monetário. Entretanto, não se aplica às prestações de amortização, que constituem a obrigação a ser cumprida mensalmente pelos mutuários. A questão, nesse caso, é de natureza contratual e não monetária (p. 339). (2) Sim, porque a TR é mais um critério indicador dos efeitos da inflação sobre a moeda (p. 336). O critério de apuração não altera sua natureza, tanto que a poupança, que tem seu rendimento pela TR, não passa de correção monetária. Além disso, o mesmo diploma legislativo extinguiu os índices anteriores (BTN, UPC, MVR), portanto, sob pena dos débitos “dos mutuários permanecerem congelados” e “destruição do próprio Sistema Financeiro da Habitação” (p. 339), não se deve declarar inconstitucional a TR. O ministro Carlos Velloso acrescentou que seria necessário o exame concreto dos contratos para declarar se houve inconstitucionalidade ou não. (3) Acompanharam o voto do relator.
Casos Citados: Repr 1451, Repr 1288

Tema (Plano): Reajuste de contrato privado não financeiro (Plano Collor I)
Caso: Mensalidades Escolares
Órgão Julgador: STF (1ª Turma)
Fonte: www.stf.gov.br
Classe e nº: RE 188366
Relator: Moreira Alves
Data do julgamento: 19/10/1999
Data da publicação: 19/11/1999
Partes: Instituto de Ensino São Caetano do Sul x Peterson Luiz Serafim
Ementa: Recurso extraordinário. Mensalidade escolar. Atualização com base em contrato. - Em nosso sistema jurídico, a regra de que a lei nova não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, por estar inserida no texto da Carta Magna (art. 5º, XXXVI), tem caráter constitucional, impedindo, portanto, que a legislação infraconstitucional, ainda quando de ordem pública, retroaja para alcançar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito ou a coisa julgada, ou que o Juiz a aplique retroativamente. E a retroação ocorre ainda quando se pretende aplicar de imediato a lei nova para alcançar os efeitos futuros de fatos passados que se consubstanciem em qualquer das referidas limitações, pois ainda nesse caso há retroatividade - a retroatividade mínima -, uma vez que se a causa do efeito é o direito adquirido, a coisa julgada, ou o ato jurídico perfeito, modificando-se seus efeitos por força da lei nova, altera-se essa causa que constitucionalmente é infensa a tal alteração. Essa orientação, que é firme nesta Corte, não foi observada pelo acórdão recorrido que determinou a aplicação das Leis 8.030 e 8.039, ambas de 1990, aos efeitos posteriores a elas decorrentes de contrato celebrado em outubro de 1.989, prejudicando, assim, ato jurídico perfeito. Recurso extraordinário conhecido e provido.
Dispositivo(s) questionado(s): Lei 8030/1990 e Lei 8039/1990; artigos 5º, XXXVI, e 209, CF/88.
Fatos: Aluno do Instituto de Ensino São Caetano do Sul ajuizou ação de consignação em pagamento relativa a valores de mensalidades escolares, a partir de junho de 1990, e, segundo o

autor, ilegalmente majoradas em 63,16%. Com o advento das medidas previstas pelo Plano Collor I, estabeleceu-se critério legal para reajuste de mensalidades, afastando a aplicação do reajuste previsto em contrato celebrado anteriormente à sua vigência. A sentença foi julgada improcedente, porém, o Tribunal de Justiça de São Paulo reformou a decisão com o fundamento de que “se existe critério legal para o cálculo do reajuste de mensalidades, cuidando-se de questão de ordem pública, não pode vingar o aumento das prestações calcado em índices de medição da inflação ou na elevação dos custos de manutenção da escola” (p. 385). O instituto interpôs recurso extraordinário.

Questões relevantes: Aplica-se às mensalidades escolares o reajuste previsto por plano econômico, advindo posteriormente à celebração do contrato de ensino?

Fundamento principal: Não. Legislação infraconstitucional, ainda que de ordem pública, não pode retroagir para alcançar direito adquirido, ato jurídico perfeito ou coisa julgada.

Decisão: Por unanimidade, o STF deu provimento ao recurso do instituto de ensino, declarando inconstitucional a aplicação de reajuste previsto em lei posterior à celebração do contrato.

Votaram os ministros Moreira Alves, Sydney Sanches, Octavio Gallotti, Sepúlveda Pertence e Ilmar Galvão.

Casos Citados: Não houve citação de casos.